

PROCESSO HERMENÊUTICO DA EVANGELIZAÇÃO E EXPERIÊNCIA DE DEUS EM JESUS CRISTO.

I. EVANGELIZAÇÃO: PROCESSO DA TRADIÇÃO DA FÉ

Presença do testemunho divino no testemunho eclesial

A evangelização ou anúncio da boa nova da salvação em Jesus Cristo é um processo complexo constituído pelo testemunho eclesial da proclamação da salvação realizada por Deus em Jesus Cristo. Esse processo perpetua na história o testemunho dado pelo mesmo Deus de si mesmo no tempo privilegiado da Revelação que culmina em Jesus Cristo. O testemunho eclesial torna presente, atualizando-o, o testemunho divino. Característica essencial da evangelização, aquilo que deve estar presente em toda ação eclesial para que possa ser considerada como tal, é precisamente a capacidade de tornar presente num momento determinado da história a proclamação divina da salvação¹.

A evangelização não atingirá seu objetivo se os destinatários não chegarem a reconhecer na ação evangelizadora o próprio Deus que lhes fala. A obediência da fé só pode ser dada a Deus enquanto se revela. “Muitas vezes e de muitas formas Deus falou no passado a nossos pais, pelos profetas. Nesta etapa final nos falou por meio de um Filho, a quem nomeou herdeiro de tudo, por quem criou o universo” (Hb 1, 1-2).

A evangelização deve sempre girar em torno ao testemunho dado pelo próprio Deus da sua autocomunicação à humanidade em Jesus Cristo. A Igreja evangeliza com toda sua vida. Ninguém terá dificuldade em admitir que os escritos do Novo Testamento, no seu conjunto, constituem o testemunho inspirado, normativo para a Igreja, da catequese ou doutrina apostólica. Eles se referem à totalidade da vida da Igreja do tempo apostólico, que transcende o serviço da palavra escrita ou oral.

Nada é alheio à evangelização. Celebrações litúrgicas, serviço da caridade, superação das tensões que surgem nas comunidades diante da ineludível tarefa de discernir as atitudes «cristãs» em face das circunstâncias sempre novas e imprevistas de cada situação concreta são apresentados como meios de permanecer na fidelidade ao testemunho de Deus em Jesus Cristo. O Novo Testamento inclui ainda no processo evangelizador a coordenação dos diversos carismas e serviços em referência ao ministério de Jesus, a partilha dos bens com os pobres, o testemunho da caridade na comunidade, na família, nas relações com o poder civil em face das perseguições, o testemunho (*martyrion*) supremo de entregar a vida pelo evangelho. Numa palavra,

¹ Retomo aqui algumas das idéias expostas em artigos anteriores: Catequese e tradição da fé, em *Síntese Nova Fase*, 11(1977) 3-15 e A evangelização. Sua configuração e seus critérios, REB 38/152(1978) 632-641.

toda a vida da Igreja, em constante referência ao Senhor Jesus, constitui o processo da evangelização.

À totalidade dessa vida é confiado o testemunho que o mesmo Deus deu de si mesmo em Jesus Cristo, para que possa chegar a todos como Palavra viva de Deus, como presença, sempre atual, do Senhor ressuscitado.

A doutrina cristã no processo do caminhar em Cristo

O processo da evangelização através dos séculos se identifica concretamente com o processo da tradição da fé, que não é, em primeiro lugar, transmissão de fórmulas, mas continuidade de uma vida. «Continuai a caminhar no Cristo Jesus, o Senhor, tal como o recebestes», diz a carta aos Colossenses (2,6) com clara alusão ao processo da tradição, através do verbo «receber» (*paralambánein*), termo técnico para designar a recepção da tradição.

A noção de testemunho, utilizada preferentemente por João nos seus escritos inspirados para referir-se ao evento divino da Palavra no mundo, é a categoria mais abrangente e a que melhor caracteriza a realidade complexa da evangelização. Em referência a essa noção podem facilmente ser esclarecidas e superadas muitas das tensões existentes na Igreja em torno à compreensão da prática evangelizadora. Assim por exemplo: o sentido absolutamente original de “doutrina” no cristianismo e o lugar da promoção humana ou da práxis libertadora na evangelização.

O caminhar em Cristo só pode ter lugar no seio de uma comunidade apostólica em diálogo com o mundo. Deve por isso ser traduzido em formulações. Nasce dessa forma, no interior do processo da evangelização, a “doutrina” como parte constitutiva do mesmo, necessariamente presente em todos os seus momentos. Reside aí a originalidade da “doutrina cristã: ela não pode nunca tornar-se independente da totalidade da vida cristã, porque não é mais do que formulação, no horizonte cultural de uma época, do “caminhar em Cristo”.

As formulações doutrinárias devem ser “re-criadas” em cada situação existencial e somente através de incessante processo hermenêutico fica garantida a fidelidade à Palavra viva de Deus sempre atual e situada. Não se nega o valor normativo e pedagógico do ponto de vista catequético das fórmulas tradicionais da fé. Mas estas perderiam sua função, se nelas o cristão não fosse capaz de reconhecer a expressão da própria experiência do encontro vivo com a Palavra de Deus, sempre nova e imprevisível, porque dirigida à pessoa singular nas coordenadas geográficas e históricas do seu existir. A doutrina cristã não é mais do que a articulação em discurso significativa, no horizonte de determinada cultura, da totalidade da existência humana vivida “em Cristo”.

Vê-se a complexidade do processo hermenêutico envolvido na prática evangelizadora. Não se trata apenas de transposição hermenêutica de formulações lingüísticas, mas de propiciar o encontro vivo com o Senhor Jesus, que por estar exaltado à direita do Pai dirige o processo evangelizador da comunidade à qual foi confiado o ministério da reconciliação do mundo com Deus.

As formulações são necessárias. Mas elas serão o resultado de um processo hermenêutico que envolve a complexidade da vida humana e inclui a abertura de toda vida ao horizonte transcendente do Mistério santo que chamamos Deus. Experiência a mais evidente do existir do homem porque não se pode deduzir de outras experiências por ser o fundamento de todas elas, mas ao mesmo tempo a mais obscura porque Deus não pode ser conhecido como um a mais na série ilimitada dos objetos do conhecimento humano. A abertura do ser ao Mistério transcendente é pressuposto a priori do conhecimento de todos eles. Como simbolicamente se expressa a Escritura, “à tua luz vemos a luz” (Sl 36,9).

Reconhecimento de uma Palavra divina

O núcleo do processo hermenêutico implicado na evangelização é o reconhecimento do testemunho de Deus em Jesus Cristo, que envolve o reconhecimento no “viver em Cristo” do Sentido radical de toda vida humana. Não tendo acesso à pessoa de Cristo a não ser a través da tradição de sua memória histórica pela comunidade que dele dá testemunho, se compreende a necessidade da Escritura como norma, apoiada na autoridade do próprio Deus, da tradição dessa memória. Norma singular, porque transmitida no interior da própria tradição da qual é a norma. Sendo a Escritura o testemunho de um momento da tradição viva, o tempo apostólico, a sua normatividade só pode ser articulada no interior da tradição, constituída pela totalidade da vida eclesial, guiada pelo Espírito, garantia última da fidelidade ao seu fundamento: o acontecido em Jesus de Nazaré.

Nada mais natural, portanto, que a consciência da normatividade da Escritura se tenha desenvolvido simultaneamente ao desenvolvimento da consciência da autoridade e da sucessão apostólicas e da função do Magistério. É por esse caminho que se chega à determinação do Cânon dos escritos do Novo Testamento que, juntamente com as Escrituras antigas, reinterpretadas à luz de Jesus Cristo, constituem-se como a *norma normans* da evangelização. Tais escritos (que têm a garantia da inspiração do Espírito) são a mediação necessária para que a Igreja possa entrar em contacto com o evento Jesus. Sem a mediação das Escrituras, a relação viva com o Senhor que interpela e julga a Igreja em todas suas instâncias não seria possível. A Igreja não é a Palavra, mas o lugar em que a Palavra se faz ouvir.

Os escritos do Novo Testamento, que nascem e devem ser lidos no contexto de todas as Escrituras, apresentam uma “figura” de Jesus, a figura “apostólica” que tem a garantia da inspiração divina. Através dessa figura, guiados pelo Espírito no seio da Igreja, podemos entrar em contato com a pessoa de Jesus, que por viver à direita de Deus, está presente no meio de

nós. A figura bíblica de Jesus é obviamente condicionada pela mentalidade e pela cultura dos discípulos que a fixaram por escrito, assim como pelo contexto judaico das Escrituras. Para que ela se torne significativa em outros contextos deve passar por constante transposição hermenêutica. Compreende-se a importância que a exegese e a hermenêutica bíblicas adquiriram no século passado.

A transposição hermenêutica dos escritos bíblicos esteve sempre presente na história da Igreja. Prova disso é que um dos resultados dos métodos mais exigentes dos estudos bíblicos foi mostrar que a leitura da figura neotestamentária de Jesus de muitos grupos cristãos pouco tinha a ver com o profeta de Nazaré, por ter passado por um processo de interpretação que a desfigurou. A pesquisa histórica sobre Jesus não tem como objetivo substituir a normatividade dos escritos bíblicos, mas ajudar a os ler com mais verdade.

II. HERMENÊUTICA DO JUDAÍSMO ANTIGO

Derash e Midrash no Antigo Testamento

Obviamente não poderemos tratar de todos os problemas hermenêuticos envolvidos no processo da tradição da fé. Queremos salientar um aspecto que nos parece fundamental por constituir a sua originalidade, ou por melhor dizer, sua singularidade: como reconhecer na “figura” de Jesus transmitida pela evangelização o evento sempre atual da Palavra de Deus?

Começaremos olhando para o momento da constituição dos escritos neotestamentários como Palavra de Deus. Expressando-o de outra forma: que tipo de hermenêutica, no seio da tradição do povo da Bíblia, foi capaz de conduzir os seguidores de Jesus de Nazaré ao reconhecimento dele como a Palavra definitiva de Deus, que levava à plenitude os escritos considerados por uma tradição multissecular como revelação divina, e, mais ainda, como “Imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação (Col 1,15)?

Os termos da língua hebraica que corresponderiam ao que nos entendemos como hermenêutica seriam o verbo *derash* e o substantivo dele derivado, *midrash*. *Midrash*, antes de designar um gênero literário (coisa muito controversa) indica um método hermenêutico e aponta para uma atitude: a forma com que é concebida em Israel a relação entre Escritura e o povo de Deus. O *Midrash* manifesta a convicção de que a resposta última às perguntas da existência e da vida deve ser buscada em Deus por meio da Escritura e de que a quem sabe buscar ela lhe será revelada. Porque a Escritura é pensada como meio para o encontro com a Palavra viva de Deus.

O sentido original do verbo *Derash* é “buscar, procurar”. Ele é utilizado pela Escritura para referir-se à procura de Deus: “Buscai o Senhor enquanto se deixa encontrar” (Is 55,6). No salmo 34,5 tem o sentido de consultar, procurando um oráculo, uma palavra do Senhor: “Consultei o Senhor e ele me respondeu, livrando-me de todas minhas ansiedades”. É a partir desse sentido que vai se aplicar na tradição rabínica ao comentário da Bíblia que é bem mais do que simples interpretação de um texto: implica a procura, através da Escritura, de uma palavra de Deus que responda a uma nova situação histórica.

Pressuposto dessa prática é a crença de que na Torá tudo está contido porque a Palavra transborda a letra do Livro que a torna presente. Sendo testemunho da Palavra de Deus, sempre é possível encontrar por meio da Escritura a plenitude e a atualização do sentido das antigas palavras: Deus continua a falar por meio da palavra inspirada para além da literalidade dos seus textos.

Dentro da própria bíblia encontramos sucessivas releituras ou *deuteroses*² da Lei e dos Profetas que dão lugar a novos textos inspirados. Baste recordar o Deuteronômio, o Dêutero-Isaías (Is 40-55), o Trito-Isaías (Is 56-66), ou ainda a “deuterossófia” dos primeiros nove capítulos dos Provérbios. Para não recordar que de alguma forma a Profecia é interpretação da história de Israel à luz da Lei, e a sabedoria é a Lei e a Profecia descendo até o coração dos pequenos e configurando a vida cotidiana de cada israelita.

Tudo isso é possível porque na origem do Livro inspirado está a consciência de um povo que crê numa Palavra viva de Deus, não esclerosada nos testemunhos escritos do passado cuja função é ajudar a escutar essa Palavra sempre nova perante as cambiantes situações da existência humana. A Palavra não está encerrada no Livro.

Torá, pode se traduzir tanto por Lei como por Ensino, e pode designar a totalidade do Livro inspirado. Ela “ensina a escutar” a Palavra divina sempre presente no povo da Aliança. Recorrendo à escritura é possível procurar uma palavra divina nas circunstâncias cambiantes do existir humano. Não se pense, porém, que a procura de uma nova palavra divina esteja deixada à experiência subjetiva de cada israelita. A interpretação do texto bíblico transborda a exegese literal, é verdade, mas existem regras de interpretação precisas para que possa transparecer o sentido “querido por Deus” de um texto antigo.

Quando o povo hebreu adotou o aramaico como língua corrente, e o conhecimento da língua hebraica declinou, surgiram os *Targumim* para a proclamação da palavra divina na sinagoga. *Targum* significa “tradução”. A mentalidade ocidental fica surpreendida ao constatar que nos targumim a tradução do texto hebraico para o aramaico, embora seja em muitos casos literal (o *peshat*), é com frequência parafrástica e que a parafrase ao texto bíblico, às vezes, chega a ser tão distante do texto que mereceria mais o nome de *Midrash* que de *targum*. Isso, porém, não significa arbitrariedade ou falta de fidelidade ao texto. Díez Macho a qualifica o processo como tradução do sentido do texto³.

No século II depois de Cristo um dito atribuído a Rabbi Jehuda ben Ilai fornece um critério para traduzir o texto hebraico: “Quem traduz um versículo de forma totalmente literal é mentiroso, enquanto quem acrescenta alguma coisa é blasfemo”. E explica a afirmação com um exemplo: Em Ex 24,10 se lê: “e viram o Deus de Israel”. Traduzir essa expressão hebraica literalmente teria um sentido falso, porque nenhum humano pode ver Deus e viver. Introduzir a palavra

² Com este neologismo (*deuterose*: repetição) baseado no título do Deuteronômio designa Beauchamp um efeito comum às três escrituras (*Torá, Neviim, Ketuvim*, conforme a divisão judaica dos livros sagrados). P. BEAUCHAMP, *Ley, Profetas, Sabios*. Lectura sincrónica del Antiguo Testamento, Madrid, Cristiandad, 1977.p. 142.

³ A. Díez Macho, *El Targum. Introducción a las traducciones aramais de la Biblia*, Madrid, CSdelC, 1979, p. 5-20.

“anjo” no lugar de Deus seria blasfemo, um Ângelo substituiria Deus. A única tradução possível ao seu parecer é: “e viram a Gloria de Deus”.⁴

Se a Palavra de Deus estivesse circunscrita ao texto da Torá e bastassem estritas regras de hermenêutica humana para encontrá-la, como teriam podido os discípulos de Jesus reconhecer nele o Messias que as escrituras anunciavam, enquanto outros justificaram com as mesmas escrituras sua condenação? Isso poderia ser dito também da acolhida ou rejeição dos profetas ao longo da história de Israel.

Os livros proféticos usam com frequência a expressão: “A Palavra do Senhor veio a N. ”, testemunhando que a Palavra transcende o Livro, embora sua letra possa ajudar a escutá-la. O livro dá testemunho ainda de que a Palavra é anterior inclusive à existência do povo eleito. Ela está já presente na Criação.

Estudos recentes sobre o Targum mostram que a expressão *Memrá Yahvéh*, Palavra do Senhor, substitui em muitos lugares o nome de Deus. É possível descobrir também na interpretação targúmica dos textos inspirados uma crescente tendência a hipostasiar a palavra de Javé. Isso propiciará a João elementos da linguagem para expressar o mistério de Deus revelado em Jesus com as surpreendentes afirmações do Prólogo ao evangelho: “No princípio já existia a Palavra e a Palavra se dirigia a Deus e a palavra era Deus. Ela no princípio se dirigia a Deus. Mediante ela existiu tudo, sem ela não existiu coisa alguma do que existe. Ela continha a vida e a vida era a luz do homem: essa luz brilha na treva e a treva não a extinguiu” (Jo 1,1-4). Afirmações surpreendentes, certamente, e só possíveis a partir do que os discípulos “viram e ouviram” (cf. 1 Jo 1,1) em Jesus de Nazaré, mas ao mesmo tempo em admirável continuidade com a fé de Israel.

Baste lembrar alguns dos comentários targúnicos à diversos lugares bíblicos. “A Palavra de Javé criou e aperfeiçoou os céus e a Terra” (a Gn 1,1); “e foi assim segundo o mandato de sua Palavra” (a Gn 1); “A Palavra de Javé era a luz e iluminava” (a Ex 12,42); “bendito Abraão da parte do Deus Altíssimo que na sua Palavra criou os céus e a terra (a Gn 14, 19.22); “de tudo o que foi criado pela Palavra de Javé vive o homem” (Dt 8,3).⁵

***Derash* neotestamentário**

O *derash* entendido como interpretação, atualização e recurso ao texto bíblico foi a hermenêutica utilizada pelos primeiros cristãos, procedentes do judaísmo, para proclamar a pessoa e a obra de Jesus como cumprimento das promessas messiânicas. Não é de estranhar que encontremos nas páginas do Novo Testamento procedimentos *derásicos*. Formas

⁴ Cf. M. McNamara, *Il Targum e il Nuovo Testamento*. Le parafrasi aramaiche della bibbia ebraica e il loro apporto per una migliore comprensione del nuovo testamento, Bologna, Dehoniane, 1978, p. 118. É válido o princípio. Podemos discordar de um dos exemplos dados. A interpretação da expressão “anjo de Javé” está condicionada pela crença extrabíblica do targumista nos anjos como seres celestes. No antigo Isrel a expressão “o anjo de Javé” designava, da mesma forma que “a glória de Deus” a manifestação do próprio Javé, respeitando sua transcendência.

⁵ Cf. D. Muñoz León, *Deus-Palavra. Memra* nos targumim do Pentateuco, Granada; ISJ, 1974, 607. Na notas 3 e 4 se encontram as referências aos lugares da obra em que os textos targúnicos são estudados. Ver do mesmo autor: *El rostro nuevo Del Pentateuco em El Targum. Reflejos em El Nuevo Testamento*, em *Liber Anuus* 49 (1999)307-313, Jerusalém, Franciscan Printing Press. (Acessível pela Internet).

fundamentais do *derash* bíblico e rabínico são a *halaká* e a *hagadáh*. O primeiro relacionado com os textos legais e o segundo com os narrativos. Por sua vez os procedimentos agádicos podem ser classificados como procedimentos de historiografia criadora ou de filologia criadora. No primeiro caso são desenvolvidos de forma criativa, ampliando e acrescentando pormenores os trechos narrativos do Livro com o intuito de os atualizar e tornar relevantes para nova situação. No segundo caso através da análise filológica dos textos e com o recurso a textos paralelos se procura encontrar o sentido recôndito do texto antigo.⁶

Em certas narrativas dos evangelhos esses procedimentos hermenêuticos são patentes a quem está familiarizado com sua recorrência no Antigo Testamento. Del Água⁷ mostra isso magistralmente a respeito dos relatos do Batismo e da Transfiguração de Jesus, no evangelho de Marcos. Poderia se mostrar também em referência à perícopes da crucificação com o seu desenlace, a narrativa do sepulcro vazio. Quando se leva em conta que esses relatos em três momentos cruciais da narrativa marcana querem mostrar ao ouvinte do evangelho que o caminho de Jesus só pode ser compreendido à luz Palavra que desce do alto, se compreende que a totalidade do evangelho se configura como *midrash*: interpretação com recurso à Escritura do evento Jesus de Nazaré como revelação divina. O fim do evangelho de Marcos ao reenviar o leitor para o seu começo deixa claro que a narrativa não é reportagem da vida de Jesus, mas releitura dela à luz da ressurreição.

A voz do Pai que revela a identidade de Jesus é dirigida ao Filho o Batismo, aos discípulos escolhidos (as testemunhas mais próximas da sua paixão) no relato da Transfiguração, e à comunidade pós-pascal, “reunida na Galiléia” pelo Ressuscitado, no relato final.

O evangelho de Marcos, releitura pós-pascal do acontecido com Jesus de Nazaré, no estilo das “deuteroses” do Antigo Testamento, conduzirá o ouvinte da boa nova a reconhecer Jesus como Messias e Filho de Deus, não por mera indução hermenêutica, mas na medida em que escutar a voz do Pai que proclama “Este é meu Filho, ouvi-o. Não o procureis no Sepulcro. Eu o ressuscitei. Ele irá à frente de vós guiando a comunidade dos discípulos”

A análise feita a partir do evangelho de Marcos é apenas um exemplo de algo que pode ver-se, com matizes diversos em todos os evangelhos e nos outros escritos do Novo Testamento. Característica do *derash* neotestamentário que o diferencia do *derash* veterotestamentário é que já não se trata de buscar e encontrar uma nova palavra divina a partir de uma palavra do Livro, mas encontrar essa Palavra na memória eclesial do evento Jesus, com o recurso as Escrituras antigas. Para os *dasharnim* do judaísmo o texto bíblico é a fonte onde se procura a Palavra divina, para os cristãos a fonte é Jesus, sua mensagem e sua pessoa. Justificar o cristianismo com o recurso à Escrituras e consequência necessária de própria origem e da sua essência.

⁶ Cf. D. MUÑOZ LEÓN, *Deraš neotestamentario y deraš intertestamentario*, (Avance de un proyecto) em ID (ed.), *Tárgum - Derash – Berith*. En memoria del profesor Alejandro Diez Macho, Madrid, Cristiandad, 1986.

⁷ A. DEL AGUA, El procedimiento derásico que configura el relato del Bautismo de Jesús (Mc 1,9-11). Estudio de crítica literaria. Em D. MUÑOZ LEÓN, *Salvación en la Palabra*, o.c., 594-609 e The narrative of the Transfiguration as a derashic scenification of a confession of faith (Marc 9,2-8 par), *New Test Stud.* 39(1993) 340354.

Características do *derash* neotestamentário

O *derash* neotestamentário pode ser caracterizado como *derash* de cumprimento. Em Jesus se cumpre, chega à plenitude, tudo o que as Escrituras antigas — a Lei e os Profetas — anunciavam. Não é de estranhar que expressões como “segundo as Escrituras”, “aconteceu como está escrito” e outras equivalentes se encontrem com frequência no Novo Testamento. Especificando mais, se pode dizer que o cumprimento está centrado no cumprimento das profecias messiânicas, caracterizando *derash* neotestamentário como *derash* messiânico ou cristológico. Poderia se falar também de *derash* eclesiológico enquanto o Novo Testamento mostra que a Igreja recolhe a herança do antigo povo de Deus. Ou ainda de *derash* apocalíptico enquanto o evento da morte e ressurreição do Senhor é apresentado como começo do *éon* futuro, *parousía* dos últimos tempos da apocalíptica judaica⁸.

O cumprimento se expressa no *derash* neotestamentário de diversas formas que poderiam ser agrupadas em três modelos: 1) Modelo promessa – cumprimento; a referência ao At se introduz com uma fórmula como: “aconteceu para que se cumprisse a Escritura. 2) Modelo inserção – substituição; por ex. nova aliança, novo povo, etc. 3) Modelo oposição/contraposição, por exemplo: foi dito..., eu vos digo...⁹

O fato incontestável de encontrar nos escrito do Novo Testamento técnicas e procedimentos do *derash* ou hermenêutica judaica das Escrituras não quer dizer que o reconhecimento de Jesus como Messias e Filho de Deus por parte dos discípulos tivesse que passar de forma explícita por sua verificação para chegar à confissão de fé. A confissão nasceu do convívio aprofundado cada dia com a pessoa de Jesus, da escuta das suas palavras, da contemplação dos seus gestos: acolhida das crianças, perdão dos pecadores convidados a sentar-se na mesa messiânica, proclamação da boa nova aos pobres, denúncia da hipocrisia da sinagoga e dos líderes religiosos. Os discípulos, que como bons judeus freqüentam a sinagoga aos sábados, junto com seu Mestre, contemplam, admirados, seu poder de curar e libertar doentes que a sinagoga se contentava com declará-los impuros, em nome da Lei, porque os julgava possuídos por espíritos impuros. Os discípulos descobrem pelas palavras do Mestre o caráter libertador da lei do sábado, memorial da criação e da Páscoa: “O que é permitido no sábado? Fazer o bem ou o mal? Salvar uma vida ou matar (Mc 3,4)?

Judeus que poderiam ser contados entre aquele “resto” de Israel que permanecia fiel a Aliança, formados pela escuta semanal da Palavra sinagoga, diante das palavras e gestos de Jesus, seus seguidores reconhecem que se há palavra escritas no Livro é porque existe uma Palavra primeira, a Palavra criadora. Se todas as realidades criadas são boas (cf. Gn 1,10), se o ser humano foi criado à imagem e semelhança do Criador, se o descanso divino do sétimo dia, abençoado e consagrado, porque mostra a obra da criação concluída por parte de Deus e confiada ao ser humano, é óbvia a palavra de Jesus: “o sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado”(Mc 2,27s).

Resumindo: O reconhecimento de Jesus como Cristo e Filho de Deus nasce da luz que emana da sua pessoa. Para homens formados na escuta assídua das palavras e ensinamentos da Torá,

⁸ Cf. Cf. D. MUÑOZ LEÓN, *Deraš neotestamentario y deraš intertestamentario*, 662 s.

⁹ Cf. A. DEL AGUA, *El procedimiento derásico que configura el relato del Bautismo de Jesús*, 597.

que por esses ensinamentos sabem da transcendência da Palavra com relação ao Livro, e que ela está presente na criação, não seria difícil reconhecer em Jesus a Palavra que vinha iluminar as antigas palavras levando-as à plenitude.

É claro que o fim trágico do Mestre viria pôr em crise a confissão de fé dos discípulos. Mas, passados os primeiros momentos de escuridão, a presença do Ressuscitado, se manifesta paradoxalmente e de forma inexplicável, no meio das recordações do seu discipulado. Presença que não se confunde com essas recordações nem nasce delas. É o Senhor que se faz ver, de forma diferente (*en etéra morfê*, Mc 16,12).

Difícil de explicar a nova forma de presença a não ser de forma simbólica e com o recurso às experiências de vida mortal. O próprio Senhor ressuscitado começa a iluminar o sentido da sua vida e da sua morte ao mesmo tempo em que faz compreender o sentido das Escrituras. Renasce a fé dos discípulos e os leva a retomar o seguimento, configurado agora como seguimento do Crucificado.

O capítulo 24 de Lucas mostra circularidade hermenêutica entre a compreensão das Escrituras, a memória da vida do Crucificado e o reconhecimento da presença do Ressuscitado. Um refrão, com ligeiras variantes, brota ritmicamente entre as diversas narrativas das aparições: “Recordai o que vos disse: Este Homem deve ser entregue aos pecadores e ser crucificado; e no terceiro dia ressuscitará” (v. 6) ou “Como sois insensatos e lentos em crer o que disseram os profetas. Não tinha o Messias de sofrer isso para assim entrar em sua glória? (v. 25s.) ou ainda “Abriu-lhes a Inteligência para que compreendessem a Escritura... o Messias tinha que padecer e ressuscitar da morte, e em seu nome se pregaria penitência e perdão dos pecados a todas as nações, começando por Jerusalém” (v. 45s.).

A função dos escribas cristãos consistirá em elaborar, inspirando-se nos métodos derásicos, escritos que confirmem com o recurso ao Antigo Testamento a experiência do encontro com o Senhor, dos discípulos que com ele conviveram, e da força reveladora da sua pessoa. Esses escritos serão indispensáveis para levar adiante o anúncio de Jesus. Ao escrever sabiam que o Deus que tinha falado de muitas maneiras pelos profetas continuaria falando através da rememoração dos atos e das palavras de Jesus.

Transmitir a experiência nascida do encontro com Jesus iria exigir diligência e habilidade hermenêuticas de pessoas eruditas e especializadas. Tudo leva a pensar em escolas cristãs, que herdando os procedimentos derásicos das escolas judaicas e sob a inspiração do Espírito se dedicam à composição de alguns dos escritos que serviriam de base à nova comunidade. A composição dos evangelhos são um bom exemplo desse trabalho.¹⁰

Seu caráter narrativo se explica porque para suscitar a fé em pessoas que não poderão ter contato com a pessoa histórica de Jesus de Nazaré, embora sabendo da presença do Ressuscitado dirigindo a comunidade dos discípulos, será preciso evocar sua figura, através do relato dos seus gestos e palavras, vivos na memória da comunidade.¹¹

¹⁰ Cf. A. DEL AGUA, The narrative of the Transfiguration, 353 s.

¹¹ Cf. J. A. RUIZ DE GOPEGUI, *Conhecimento de Deus e Evangelização*. Estudo teológico-pastoral em face da prática evangelizadora na América Latina, Ed. Loyola, São Paulo 1977. Esp. Cap. 3. A obra está esgotada.

Os hagiógrafos dos Evangelhos, formados na tradição do povo de Deus, sabem perfeitamente que sua missão não pode consistir apenas em fazer uma reportagem da vida terrena de Jesus. Isso poderia levar destinatários dos escritos a admirá-lo como homem extraordinário, mas não conduziriam a fé e ao seguimento de Jesus como Messias e Filho de Deus. Os evangelhos, na melhor tradição bíblica, são releitura dessa vida após a ressurreição, quando os discípulos, iluminados pelo Espírito e pela presença do Ressuscitado, chegam a ver toda sua força reveladora. Isso não falseia a visão da figura de Jesus, ao contrário manifesta sua verdade mais profunda.

O relato da Transfiguração, por exemplo, não poderia ter sido escrito durante a vida mortal de Jesus. Usando procedimentos e técnicas próprias da hermenêutica judaica, o relato quer levar ao ouvinte do Evangelho a ver no caminhar terreno de Jesus, a caminho da morte, a glória que conduz à ressurreição: a glória do Crucificado, que na proclamação do Evangelho deve ser contemplada já nesse caminhar exposto à morte por causa do amor. Uma reportagem da vida de Jesus não poderia mostrar isso. Uma releitura pós-pascal pode fazê-lo. A releitura à luz da fé pode mostrar, melhor do que o faria uma reportagem, a verdade do Jesus histórico, contanto que se entenda a linguagem da Escritura.

Tudo isto careceria de um desenvolvimento maior que não cabe no espaço desta comunicação. É hora de passar a expor brevemente as conseqüências para a evangelização da sucinta evocação dos métodos hermenêuticos que deram origem aos escritos do Novo Testamento.

III. RECONHECIMENTO DE DEUS EM JESUS CRISTO

Evocação da figura de Jesus para o encontro com o Senhor ressuscitado

Retomando o que se expunha no começo do artigo, a evangelização, se quer atingir seu objetivo, deve conduzir ao reconhecimento do testemunho divino em Jesus Cristo, ou seja, a escutar o próprio Deus falando hoje por Jesus Cristo. O que implica reconhecer em Jesus Cristo o sentido radical da existência de todo ser humano.

O Ressuscitado está presente e conduz o processo da Evangelização através dos seus enviados. Mas essa presença, invisível, só poderá ser reconhecida pela evocação da figura de Jesus, com o recurso à figura que nos é transmitida pelos apóstolos nos escritos neotestamentários. A estrutura narrativa dos evangelhos deve servir de modelo para a catequese que deverá ter também de alguma forma caráter narrativo. Não basta repetir os textos transmitidos pelos Apóstolos. Como se fazia outrora na sinagoga, eles são proclamados na assembléia eclesial e dessa forma se afirma seu caráter normativo. Mas eles devem também ser traduzidos para cada situação por um procedimento hermenêutico semelhante ao *derash*.

Não se trata de simples transposição hermenêutica de textos do passado. Isso deve ser feito num ambiente em que tanto evangelizadores como destinatários da evangelização procurem escutar uma palavra de Deus. A evangelização desde os seus começos era feita por uma comunidade de fé que, unida pelo Espírito de Jesus, procurava com toda sua vida escutar o que Deus disse e continua a dizer por meio do seu Filho Jesus Cristo. O processo evangelizador requer do destinatário, a partir de determinado momento, a iniciação à vida da comunidade evangelizadora. Foi assim que surgiu a instituição do catecumenato.

Se reconhecer Deus que se revela em Jesus Cristo envolve reconhecer nele e na sua proposta de salvação o Sentido radical do mundo e da história implica hoje como implicou para os primeiros seguidores o seguimento no caminho da cruz. Num mundo marcado pela injustiça, pela opressão do pobre, pelo descaso perante a vida de multidão de inocentes, reconhecer a glória divina resplandecendo pela transfiguração no rosto desfigurado do crucificado só é possível quando o seguimento de Jesus envolve o discípulo na descida do Mestre aos “infernos”. Ou seja, ao mais profundo do sofrimento humano, incluído o temor e o desespero perante a morte ineludível. Deus só será encontrado como Sentido último da história humana se for encontrado como Restaurador do sentido num mundo em que pululam tantas situações absurdas e sem-sentido.

Evangelização e compromisso pela justiça num mundo injusto

Em Jesus Cristo, Deus se revela como o Sentido da história no mesmo ato da restauração do Sentido, violado pelo homem¹². A revelação de Deus em Jesus Cristo é identicamente a redenção divina do mundo por Jesus Cristo, para falar na linguagem da mais legítima tradição eclesial. Num mundo dominado pela injustiça Deus se revela como o Amor que vem restaurar a justiça, de tal forma que o agir divino se manifesta como fundamento transcendente do amor humano. A justiça será totalmente obra de Deus e totalmente obra do homem, de Jesus em primeiro lugar e, por Ele e com Ele, de todos os que o acolherem na comunhão do Espírito.

Compreende-se por que a confissão de fé de que Jesus é o Filho de Deus só pode ser afirmada com verdade por aquele que se deixa configurar por Cristo, até o ponto de poder dizer com o Apóstolo: “Fui crucificado com Cristo e já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim” (Gl 2,19-20). Seguir Jesus Cristo implica comprometer-se com ele na restauração da justiça.

O ato supremo da revelação de Deus, que é o ato supremo da restauração divina da justiça, é a cruz de Cristo. Nela, paradoxalmente, no mais extremado silêncio da Palavra, abafada pelas vozes altaneiras de todos os mercenários da injustiça, Deus se

¹² Tratei disto mais extensamente no artigo: Evangelização, testemunho de justiça, *Convergência*, 11(1978) 624-635.

revela como a inconcebível paixão do Amor infinito, que faz nascerem na terra os autênticos caminhos da justiça humana. Nela aparece em radicalidade extrema o que foi toda a vida de Jesus: uma vida humana, totalmente guiada pelo Espírito de Deus; a plena realização do ser humano, como ser para os demais por subsistir pela Palavra divina, voltada para o Pai desde a eternidade. “No início era a Palavra, e a Palavra estava voltada para Deus e a Palavra era Deus”. Aí se revela que a vida humana não pode sucumbir aos poderes da injustiça, capazes até de dar morte ao justo, quando está totalmente devotada à justiça que tem sua fonte em Deus. A morte do inocente se revela como a face terrena do nascimento para a plenitude da vida.

No abandono do Cristo na cruz se revelou da forma mais radical algo que já se podia vislumbrar na experiência de todos os que sofreram e morreram por defender a justiça, e que o povo de Israel deixou inscrito nos salmos que cantam o sofrimento injusto do inocente e nos cânticos proféticos do servo de Deus esmagado pela dor. A restauração divina da justiça numa terra violenta não retira das mãos humanas a responsabilidade pela história, a elas confiada pelo ato criador.

O discípulo sabe que seguimento do crucificado só pode manifestar-se na forma da vulnerabilidade do amor exposto à violência do poder. A tentação constante de Israel foi imaginar a salvação como intervenção poderosa de Deus que destruiria os inimigos. Em Jesus se revela que o poder divino para a salvação da história é o poder do Amor agindo no homem e pelo homem e assim atingindo o reduto mais escondido da injustiça, o próprio coração humano encastelado no egoísmo.

Eis o grande escândalo do evangelho, boa nova da restauração divina da justiça na terra. A justiça só pode ser dada por Deus ao homem como o dom de um Caminho. E esse caminho não pode ser outro que o da vulnerabilidade do rosto do pobre, do inocente, oferecido ao ultraje e à injúria. A justiça, como projeto global da história humana, só pode nascer em liberdade.

Isso já tinha sido escrito, com lágrimas e sangue, na experiência de um povo empenhado em encontrar os caminhos divinos na terra dos homens e no Livro que tenciona transmitir essa experiência aos descendentes como hermenêutica da vida de um povo que fez da “procura” de Deus a sua razão de viver.

Vale a pena recordar aqui algumas afirmações de um filósofo que buscou inspiração para pensar o homem na herança de Israel transmitida pelo Livro sagrado: “A humanidade do homem, a subjetividade, é uma responsabilidade pelos outros, uma vulnerabilidade extrema”. “A abertura é o desnudar-se da pele oferecida à ferida e ao ultraje. A abertura é a vulnerabilidade de uma pele oferecida, no ultraje e na ferida, para além de tudo o que se pode mostrar, para além do que da essência do ser pode se expor à compreensão e à celebração”. “A vulnerabilidade é a obsessão pelo outro

ou aproximação do outro... Sofrer pelo outro, é tê-lo aos seus cuidados, suportá-lo, estar no seu lugar, consumir-se por ele”¹³.

Levinas não está referindo-se aqui a Jesus Cristo. A fidelidade aos companheiros da religião judaica não lho permitia. Fala do homem, a partir de uma fenomenologia da existência, atenta ao dramático caminhar da justiça na história (basta evocar a trágica experiência dos judeus na última guerra mundial) e certamente, inspirando-se na Bíblia (Is 42, 1-4; 49, 1-6; 50, 4-9; 52, 13-53,12).¹⁴

A fé cristã não pode deixar de reconhecer nessa descrição da mais profunda essência do existir humano, o rosto de Jesus. O ser para os outros de Jesus, numa terra injusta, não podia aparecer senão como a vulnerabilidade de uma pele oferecida ao ultraje e à ferida, para que o rosto maltratado e desfigurado de tantos irmãos oprimidos possa ser transfigurado. Para que o possa ser também o rosto deformante do opressor, e a justiça possa caminhar na história.

Aparece aí a complexidade dos problemas hermenêuticos envolvidos no processo da evangelização cristã. Como ao encontrar a boa nova divina da salvação, da plena transfiguração do mundo e da história, no rosto desfigurado do Cristo na cruz?

Nasce na cruz um caminho novo para o serviço da restauração divina da justiça na terra. Novo e, contudo, em continuidade surpreendente com a história da humanidade desde os começos. Pretender dizer mais a respeito dos procedimentos hermenêuticos requeridos para isso implicaria empreender um caminho concreto de evangelização entre os inúmeros possíveis, dada a variedade de situações e conjunturas humanas, nas quais urge anunciar o evangelho de Jesus.

Vale recordar os versos, tantas vezes citados, de Antonio Machado. Permitti-me citá-los na língua do poeta.

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.

Al andar se hace camino
y al volver la vista atrás

¹³ E. LEVINAS, *Humanisme de l'autre homme*, Montpellier, 1972, 97, 92, 93.

¹⁴ Mas se Levinas faz questão de se manter no âmbito da reflexão filosófica, mostrando que seu pensamento independe da adesão a esta ou a aquela religião, não há dúvida que o seu pensar nasce de sua experiência religiosa. O nosso conhecido professor Ulpiano mostrou isso numa tese brilhante defendida há anos na Pontifícia Universidade de Comillas, comparando os escritos do filósofo com os seus comentários talmúdicos. Cf. U. VÁZQUEZ MORO, *El Discurso sobre Dios en la Obra de E. Levinas*, Madrid, Pub. de la U. P. Comillas, 1982.

se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.

Uma coisa é clara: o andar deverá ser configurado de acordo com caminhar de Aquele que se revelou como o Caminho para Deus e, por isso mesmo, como o Caminho da plena realização da história dos homens. “«Continuai a caminhar no Cristo Jesus, o Senhor, tal como o recebestes» (Cl 2,6).